

POLARIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM UMA METRÓPOLE PERIFÉRICA

Inaiá Maria Moreira de Carvalho
Angela Gordilho Souza
Gilberto Corso Pereira

INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a analisar a polarização e a segregação socioespacial na região metropolitana de Salvador, agravadas a partir da década de 1990 pelo ajuste e reestruturação produtiva da economia brasileira, ressaltando como uma histórica e enorme pobreza e a atuação do Estado contribuíram decisivamente para a sua configuração.

O estudo das metrópoles, que concentram o aparato produtivo, a riqueza, o poder e a população na grande maioria dos países, adquiriu uma indiscutível relevância na agenda atual da pesquisa urbana, na medida em que o processo de reestruturação produtiva associado à globalização tem contribuído para revitalizar o seu papel e o seu crescimento; tem constituído uma nova geografia e uma arquitetura produtiva que tece nós e qualifica e desqualifica espaços em função de fluxos mundializados e impactuado sobre a morfologia territorial e social e sobre o funcionamento dessas grandes cidades, sobre a qualidade de vida urba-

na, as desigualdades e as mobilizações políticas e sociais.

Por isso mesmo, estudos internacionais têm ressaltado os vínculos entre o global e o local (o espaço glocal), valorizados por novas propostas e modelos de gestão urbana, assim como a formação de um sistema mundial de cidades onde algumas mega aglomerações adquiriram uma renovada importância, como “*global cities*”. Oferecendo condições excepcionais para as atividades de comando de negócios, essas “*global cities*” funcionariam como uma rede de nós articulados através dos quais circulariam os mais importantes fluxos de informação, capital e recursos. Tornando-se cada vez mais estratégicas para o capital global, elas concentrariam o poder econômico, as sedes das grandes corporações, o controle dos meios de comunicação, os serviços produtivos modernos e a difusão das mensagens dominantes. Isto se daria simultaneamente a uma polarização crescente entre esses espaços e o resto do mundo e ao aumento das diferenciações internas em cada uma das áreas envolvidas.

Autores como Sassen (1991), Reich (1991) e Borja e Castels (1997), por exemplo, analisam as transformações em curso nessas cidades, com o declínio da atividade industrial, a expansão das atividades financeiras e dos serviços e a mudança do seu papel, tendo como hipótese básica a existência de vínculos estruturais e necessários entre a globalização e a intensificação da dualização social das metrópoles. Com a segmentação do mercado de trabalho, as transformações assinaladas produziriam uma nova estrutura social, marcada pela polarização entre categorias superiores e inferiores da hierarquia social e pela concentração de renda, assim como pela redução das camadas médias. Refletindo-se no plano espacial, estes processos gerariam, também, a dualização das estruturas urbanas.

Contudo, investigações efetuadas em metrópoles como Paris, Londres, Buenos Aires ou Santiago do Chile, entre outras, não confirmam a substituição da estrutura de classes da sociedade industrial por uma polarização entre os mais ricos e os mais pobres nem a dualização do espaço urbano. A trajetória recente das metrópoles brasileiras, analisada por uma ampla rede de pesquisadores,¹ também não apóia essa suposição. Como assinala Ribeiro (L.C., 2000), as pesquisas evidenciam uma certa estabilidade das estruturas social e urbana, paralelamente a fenômenos similares, como uma redução do proletariado industrial, o crescimento do setor terciário e do emprego em serviços (em atividades de alta e baixa qualificação), um empobrecimento de zonas centrais, mudanças de função em algumas áreas da cidade e uma auto-segregação das elites, que tendem a se isolar em alguns espaços exclusivos.

Abordando a questão da segregação socioespacial e assinalando a sua relatividade,

Preteicelle (2003, p. 32), também ressalta como estudos existentes demonstram uma grande inércia histórica na estrutura hierárquica de grandes cidades, que não pode ser interpretada como um efeito direto das transformações mais recentes, uma vez que: *"Ela é, inevitavelmente, uma herança histórica dos efeitos dos movimentos da economia e da sociedade, no longo prazo, centralizada tanto nas estruturas materiais do espaço construído como nas formas sociais de valorização simbólica e de apropriação"*.

Tanto a nova relevância e mudanças de funções e estruturas metropolitanas são indiscutíveis como o impacto socialmente adverso das grandes transformações da atualidade nos países e metrópoles da América Latina (ver Ribeiro, L. C., 2000 e 2004; Mattos, 2004; Ribeiro, A.C., 2000 e 2004). Mas, não se pode considerar a existência de uma trajetória única e de tendências universais para as metrópoles de caráter global e, muito menos, nacional ou regional, uma vez que: a) globalização constitui um processo inacabado e contraditório, com efeitos bastante seletivos sobre os diferentes territórios, e dinâmicas que envolvem tanto a homogeneização quanto a diferenciação e a singularização, b) comandado por forças transnacionais, esse processo não elimina a influência das instituições, atores e decisões políticas nacionais e locais e, muito menos, da conformação histórica sobre a qual incidem as mencionadas transformações. Constatado em outras regiões metropolitanas brasileiras, isto será analisado no que diz respeito à Região Metropolitana de Salvador.

POLARIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Salvador é uma referência urbana importante no Brasil, não só pela sua dimensão populacional, atualmente em torno de 2,6 milhões de habitantes, o que lhe confere o terceiro lugar entre os municípios-capitais, mas, sobretudo, pelos seus 450 anos de história. Fundada no início

¹ Trata-se da rede Metrôpoles, Desigualdades Socioespaciais e Governança Urbana, iniciada com o estudo do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, mas que integra atualmente estudos sobre as principais regiões metropolitanas brasileiras, envolvendo 22 instituições, sob a coordenação geral do prof. Luiz César Queiroz Ribeiro. O núcleo de Salvador foi constituído pelos autores do presente texto em 2003, com apoio do PRONEX/CNPq/FAPESB.

do período colonial, com funções político-administrativas e mercantis, ela sediou o governo geral do Brasil até 1763. Mas com a transferência da capital do país para o Rio de Janeiro, o declínio da base agro-exportadora local e, posteriormente, a constituição de um mercado unificado nacionalmente e a concentração industrial no Centro-Sul, a cidade foi afetada negativamente, experimentando um longo período de estagnação econômica e populacional.

Essa estagnação só começou a ser superada na década de 1950, com a descoberta e exploração de petróleo no Recôncavo baiano, (por algumas décadas responsável pela maior parte da produção nacional) quando se desencadeou um significativo processo de crescimento econômico, populacional e urbano em Salvador e nas franjas da cidade. Em fins da década de sessenta essa área recebeu alguns investimentos industriais incentivados pela SUDENE e, dos anos 70 para 80, os esforços desenvolvimentistas do governo federal para complementar a matriz industrial brasileira, com a produção de insumos básicos e bens intermediários, levaram à implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari e do Complexo do Cobre.

Esses e outros investimentos tiveram um impacto extraordinário sobre a velha capital baiana, convertendo a indústria no foco dinâmico da economia regional e ampliando as articulações entre Salvador e os municípios vizinhos, que sediam as novas empresas, conformando a Região Metropolitana de Salvador. Composta por 10 municípios, bem distintos em termos de área, população e condições sócio-econômicas, mas com uma integração e complementariedade que se superpõe à sua diferenciação, ela se tornou responsável por mais de 80% da indústria de transformação e por mais de metade da produção e da riqueza estadual.

Salvador, onde o Censo de 2000 encontrou 80,9% da população da região, constitui a principal praça comercial e financeira baiana, concentrando 79,5% dos depósitos bancários estaduais, sedes de empresas, a burocracia estatal, atividades portuárias e serviços especializados. Além disso, sua beleza natural e patrimônio histórico cultural

tem levado a um intenso crescimento do turismo. Camaçari, que tem a segunda concentração demográfica, tornou-se um centro industrial importante com a implantação do Pólo Petroquímico e de várias empresas, como a Ford e a Monsanto, instaladas mais recentemente. Além disso, na sua orla marítima encontram-se loteamentos e empreendimentos de lazer e turismo para as classes altas e médias. Candeias, dinamizada a partir da exploração do petróleo, sedia algumas indústrias, assim como Simões Filho, onde uma numerosa população de baixa renda vem buscando menores custos de moradia. Madre de Deus, com uma área de apenas 11 km, sedia um terminal marítimo da Petrobrás, além de ser uma área de veraneio, pesca e mariscagem. Com uma população e uma densidade demográfica reduzidas, Vera Cruz e Itaparica vivem da pesca, mariscagem e turismo. Em São Francisco do Conde, outro pequeno município, está localizada a Refinaria Landulfo Alves, a única do Nordeste. Dias D'Ávila, antiga estância hidromineral, perdeu essa função em consequência dos efeitos ambientais adversos do Pólo, transformando-se em uma cidade dormitório. Finalmente, Lauro de Freitas tem registrado um intenso crescimento populacional e econômico nas últimas décadas, ao concentrar o aeroporto internacional de Salvador, algumas atividades de transformação, um comércio e serviços dinâmicos e condomínios de alta renda (onde reside parte dos empregados de melhor remuneração do pólo industrial de Camaçari), conurbando-se com Salvador.

Apesar dos seus reduzidos vínculos com os demais setores da economia baiana, os investimentos industriais estimularam direta ou indiretamente o surgimento de novas atividades e a expansão e modernização de outras. Com isto a estrutura social da região também mudou, com uma ampliação e diversificação das classes médias e a emergência de um operariado industrial moderno, por exemplo. Contudo, o perfil dessa indústria automatizada, voltada para a produção de insumos básicos destinados à indústria do Sudeste do país, e a exigüidade do mercado consumidor regional (pouco atrativo para investimentos com

maior capacidade de absorção de mão-de-obra, como a indústria de bens de consumo final) mantiveram a parcela de trabalhadores ocupados nesse setor bem mais reduzida do que em outras metrópoles brasileiras. Além disso, as transformações assinaladas incidiram sobre um mercado de trabalho marcado por uma super oferta de mão-de-obra de baixa qualificação, reforçada pela atração de fluxos migratórios para Salvador e sua área metropolitana, pela vinculação de uma grande parcela da força de trabalho a ocupações precárias e de baixa remuneração e por uma oferta restrita de postos de trabalho de qualidade, socialmente protegidos, com salários mais elevados e possibilidades de ascensão profissional (Carvalho e Souza, 1980; Borges e Filgueiras, 1995; Carvalho, Almeida e Azevedo, 2001).

No tecido urbano houve mudanças radicais. A expansão e modernização econômica assinaladas incidiram sobre uma região urbana pobre e incipiente, polarizada por uma cidade praticamente estagnada ao longo de várias décadas, exigindo sua transformação. Isto se deu de forma bastante rápida e abrupta, entre as décadas de 1960 e 1970, com a realização de grandes obras que acompanharam e anteciparam os vetores da expansão urbana e de uma intensa ocupação informal de famílias de baixa renda na periferia. Comprometida com uma modernização excludente e com os interesses do capital imobiliário, a Prefeitura de Salvador, que detinha a maioria das terras do município, transferiu sua propriedade para (algumas poucas) mãos privadas através da Lei da Reforma Urbana, em 1968. Promoveu uma ampliação substancial do sistema viário com a abertura das avenidas de vale, extirpando do tecido urbano mais valorizado um conjunto significativo de assentamentos de população pobre, que ocupavam tradicionalmente os fundos até então inacessíveis dos numerosos vales de Salvador. Além disso, erradicou invasões populares localizadas na orla marítima, área reservada ao turismo, outro componente da estratégia de crescimento e modernização da cidade (cf. Brandão, 1981; Gordilho-Souza, 2000).

Nos anos 1980, consolidou-se um novo centro urbano, impulsionado por grandes empreen-

dimentos públicos e privados realizados na década anterior, destacando-se a construção da Av. Paralela, do Centro Administrativo da Bahia, da nova Estação Rodoviária e do Shopping Iguatemi. Essa nova centralidade não apenas direcionou a expansão da cidade no sentido da orla norte, como afetou a dinâmica do centro tradicional na área antiga da cidade, contribuindo para o seu gradativo esvaziamento.

Essas intervenções, associadas à realização de investimentos complementares, pesados e seletivos centrados na infra-estrutura e no projeto industrial, interferiram decisivamente na conformação de um novo padrão de produção do espaço urbano, com a configuração de três vetores bem diferenciados de expansão da cidade: a orla marítima norte, o “miolo” e o subúrbio ferroviário no litoral da Baía de Todos os Santos. O primeiro constitui a “área nobre” da cidade, local de moradia, serviços e lazer, onde se concentram a riqueza, os investimentos públicos, os equipamentos urbanos e os interesses da produção imobiliária. O segundo, localizado no centro geográfico do município, começou a ser ocupado pela implantação de conjuntos residenciais para a “classe média baixa” na fase áurea da produção imobiliária através do Sistema Financeiro de Habitação, tendo a sua expansão continuada por loteamentos populares e sucessivas invasões coletivas, com uma disponibilidade de equipamentos e serviços bastante restrita. Finalmente, o subúrbio ferroviário teve sua ocupação impulsionada inicialmente pela implantação da linha férrea, em 1860, constituindo, a partir da década de 1940, a localização de muitos loteamentos populares, que foram ocupados nas décadas seguintes sem o devido controle urbanístico, com suas áreas livres também invadidas. Transformou-se em uma das áreas mais carentes e problemáticas da cidade, concentrando uma população extremamente pobre e sendo marcada pela precariedade habitacional, pelas deficiências de infra-estrutura e serviços básicos e, mais recentemente, por altos índices de violência (Franco, Santos e Gabrielli, 1998; Gordilho-Souza, 2000).

Em relação aos demais municípios da RMS, não existem dados suficientemente sistematizados

sobre a ocupação habitacional na atualidade que permitam uma análise comparativa desses processos de ocupação. Entretanto, as evidências do ambiente construído nas suas sedes demonstram claramente a predominância de áreas informais, com alto grau de deficiências urbanísticas, seguindo o mesmo padrão de precariedade física e de periferação no entorno dos núcleos centrais, semelhante ao que ocorre em Salvador, ainda que abrangendo uma menor população.

Daí resultou uma metrópole bastante desigual, com ilhas de afluência em uma mar de pobreza. Analisando a estrutura social da RMS com a metodologia que vem sendo utilizada pela rede Metrôpoles, Desigualdades Socioespaciais e Governança Urbana², encontra-se uma pequena elite de alta renda, composta por grupos de grandes empresários, dirigentes do setor público e privado e profissionais autônomos ou empregados de nível superior; uma pequena burguesia e setores médios um pouco mais reduzidos que em outras metrópoles nacionais; um proletariado terciário mais expressivo e um proletariado secundário onde a participação da indústria de transformação (moderna ou tradicional) é especialmente restrita. Mas a marca básica da Região Metropolitana de Salvador é a dimensão e o peso do sub-proletariado. Se o percentual de trabalhadores de sobrevivência em 1991 era de 11,7% em Belo Horizonte, 12,1% no Rio de Janeiro, 8,6% em São Paulo, 9,0% em Porto Alegre, 9,0% em Porto Alegre, 9,0% Curitiba e 14,2% em Recife (cf. Mendonça, 2004, p. 124) na RMS esse número se elevava a 14,5%.

A estrutura social da RMS vai se refletir numa apropriação diferenciada do espaço metropolitano pelas diferentes categorias. A hierarquia

social foi construída a partir da agregação das diversas ocupações levantadas nos microdados do censo de 1991 do IBGE em 25 categorias ocupacionais, que por sua vez se agregam em sete grupos, conforme expresso na Tabela 1. Já a construção da tipologia socioespacial levou em consideração o arranjo espacial das categorias no espaço. Note-se que não é uma mera transposição da classificação hierárquica operada sobre a base de dados de categorias ocupacionais do censo, mas antes uma caracterização da distribuição geográfica da estrutura social da RMS.³ Isto leva à constatação de que o espaço metropolitano comporta a coexistência de diversas combinações de categorias, com predominâncias e misturas diferenciadas.

Analisando a distribuição espacial das categorias ocupacionais, o espaço metropolitano foi classificado em oito categorias socioespaciais, que se acham expressas no mapa 1 e configuram áreas definidas. Na categoria superior predomina o grupo dirigente; na área médio-superior o predomínio é do grupo intelectual; na área média se misturam a pequena burguesia e setores do grupo intelectual; na área média-popular coexistem setores médios e a pequena burguesia; as áreas populares são aquelas onde predominam o proletariado secundário e terciário; a área popular-sub-proletária; conjuga o proletariado e os trabalhadores da sobrevivência; na área do sub-proletariado há uma concentração dos trabalhadores de sobrevivência. Encontram-se, finalmente áreas onde há uma maior frequência de trabalhadores agrícolas, áreas estas pouco urbanizadas e com baixa densidade demográfica.

² Considerando a centralidade do trabalho na vida social, essa metodologia, desenvolvida por Edmond Preteicelle e Luiz César Q. Ribeiro, partiu da “ocupação” tal como definida pelo IBGE, como variável básica para construção de um sistema de categorias sócio-ocupacionais hierarquizadas. O primeiro recorte para a construção dessas categorias foi a divisão clássica entre os detentores e os despossuídos de capital. A partir daí foram feitos sucessivos cortes entre o grande capital e o pequeno capital; entre o trabalho manual e não manual, formal e informal e entre setores econômicos (secundário e terciário, moderno e tradicional). Para um maior detalhamento dessa metodologia ver Ribeiro e Lago, 2000.

³ Quanto ao recorte geográfico, usou-se como critério básico uma agregação de setores censitários. Esta agregação é necessária por questões estatísticas já que os dados processados provem do questionário amostral do censo de 91. Considerando que no censo de 2000 o IBGE construiu uma agregação de setores chamada de AEDs – Área de Expansão Domiciliar – que obedecem a um tamanho mínimo de população e domicílios, respeitam limites administrativos, agregam setores limítrofes, e é orientada por critérios de homogeneidade social a partir deste parcelamento espacial, estas áreas serviram de base para a agregação usada neste mapa. Foi realizado um trabalho de compatibilização das AEDs de 2000 com a malha de setores censitários de 1991, respeitando limites administrativos (RAS), municipais, visto que é intenção da pesquisa, no seu desenvolvimento, acompanhar a evolução da RMS de 1980 a 2000.

Tabela 1 - Distribuição da população ocupada, por grupos socio-ocupacionais - RMS, 1991

Grupos Sócio-Ocupacionais	N	%
Ocupações agrícolas	13.572	1,6
Grupo Dirigente		1,1
Grandes empresários	5.069	0,6
Dirigentes do setor público	1.119	0,1
Dirigentes do setor privado	1.634	0,2
Profissionais liberais ^a	1.383	0,2
Grupo intelectual		5,2
Profissionais de nível superior autônomos	3.446	0,4
Profissionais de nível superior empregados	43.112	4,9
Pequena burguesia		5,4
Pequenos empregadores urbanos	19.219	2,2
Comerciantes por conta própria ^b	29.355	3,4
Setores médios		24,5
Trabalhadores não manuais empregados em atividades de supervisão	50.364	5,8
Trabalhadores não manuais empregados em atividades técnicas e artísticas	24.540	2,8
Trabalhadores não manuais empregados em saúde e educação	45.078	5,2
Trabalhadores não manuais empregados de escritório	84.694	9,7
Trabalhadores não manuais empregados em segurança pública, justiça e correios	16.047	1,8
Proletariado terciário		21,4
Empregados do comércio	55.566	6,4
Empregados em serviços especializados	74.609	8,5
Empregados em serviços não especializados	56.650	6,5
Proletariado secundário		21,6
Empregados da indústria moderna	30.797	3,5
Empregados da indústria tradicional	27.771	3,2
Empregados em serviços auxiliares	49.982	5,7
Empregados na construção civil	67.342	7,7
Artesãos	13.194	1,5
Trabalhadores da sobrevivência		14,5
Empregados domésticos	88.260	10,1
Ambulantes	34.189	3,9
Biscateiros	4.506	0,5
Não especificado	31.409	3,6
Não declarado	27.893	3,1
TOTAL	900.800	100,0

FONTE: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 1991.

^a A diferença entre os profissionais liberais e os profissionais autônomos de nível superior está no nível de renda, com os primeiros percebendo acima de 20 salários mínimos e os segundos bem menos que isto.

^b Trata-se de comerciantes com renda igual ou maior que cinco salários mínimos. Ambulantes e outros trabalhadores do pequeno comércio de baixa renda foram incluídos na categoria de trabalhadores de sobrevivência.

Esta classificação do espaço considerou como as categorias ocupacionais encontravam-se representadas nas diversas áreas do espaço metropolitano. Assim, a representação dos grupos dirigente e intelectual, claramente acima da sua média na estrutura social em determinada área geográfica, significou a classificação daquela área como superior, sendo o mesmo procedimento adotado para os demais espaços. Note-se que uma área superior, por exemplo, não é território exclusivo da

elite, que compartilha este espaço em muitos casos com setores médios e/ou com os trabalhadores de sobrevivência. Isto fica mais claro quando se examina a distribuição segmentada por categorias sócio-ocupacionais apresentada mais adiante.

O resultado das análises é o mapa de tipologia socioespacial que apresenta a distribuição espacial da estrutura social da Região Metropolitana de Salvador. A partir dele, fica muito clara a ocupação da orla atlântica de Salvador e Lauro

de Freitas pelos grupos dirigente e intelectual em uma mancha praticamente contínua, limitada a Oeste pela Avenida Paralela, eixo viário importante que faz a ligação de Salvador com o vetor de expansão do Litoral Norte e se configura como a fronteira desta “cidade” com as áreas populares, ressaltando-se o enclave que se constitui no Nordeste de Amaralina, bairro popular com alta densidade demográfica que rompe a continuidade da mancha, o que também ocorre com o bairro da Boca do Rio, um pouco mais ao norte. Nestes espaços superiores encontram-se os equipamentos públicos e privados mais importantes, modernos centros de comércio e de serviços e redes de infraestrutura – energia, esgoto, água, telefonia, coleta de lixo, sistema viário, e diversos trechos com baixa densidade demográfica.

Apresentando as categorias de modo segmentado estão os mapas seguintes, que mostram somente áreas onde as diversas categorias sócio-ocupacionais estão super-representadas, ou seja, os percentuais encontrados ali estão acima da média da categoria respectiva. Neste caso, comparando a distribuição espacial do grupo dirigente e do grupo intelectual com a distribuição do operariado secundário e terciário, fica patente como esta última é o reverso das categorias de elite.

Enquanto os grupos dirigente e intelectual se distribuem na Orla Atlântica de Salvador e de Lauro de Freitas, em manchas quase contínuas, destacando-se as falhas representadas pelo Nordeste de Amaralina, Boca do Rio e de parcela de Itapuã, o proletariado se distribui na restante da Região Metropolitana, ocupando a Salvador que as elites deixaram para trás e os demais municípios da RMS, com a exceção da Orla de Lauro de Freitas. Nota-se claramente manchas de ocupação do proletariado na orla de Salvador, correspondendo a vazios de grupos ocupacionais de mais alta renda e deixando, ainda, as áreas do Centro Antigo e da Vitória para os setores médios.

Já os setores médios ocupam o centro tradicional e as áreas mais antigas da cidade, áreas sem dinamismo, com alta densidade demográfica mas com infra-estrutura. As áreas populares são

as que abrigam a população que não tem possibilidade de consumir o espaço da cidade moderna nem da cidade tradicional e vai se alojar tipicamente em parcelamentos clandestinos e habitações precariamente auto-construídas. Estas áreas populares ocupam, em Salvador, parte da orla da Baía de Todos os Santos, do que hoje se chama de Miolo e do Subúrbio Ferroviário, dividindo o espaço com as áreas do sub-proletariado em Salvador e no restante da RMS. Ao contrário da ocupação do proletariado, os trabalhadores da sobrevivência coexistem também ao longo da orla Atlântica em interstícios das áreas superiores.

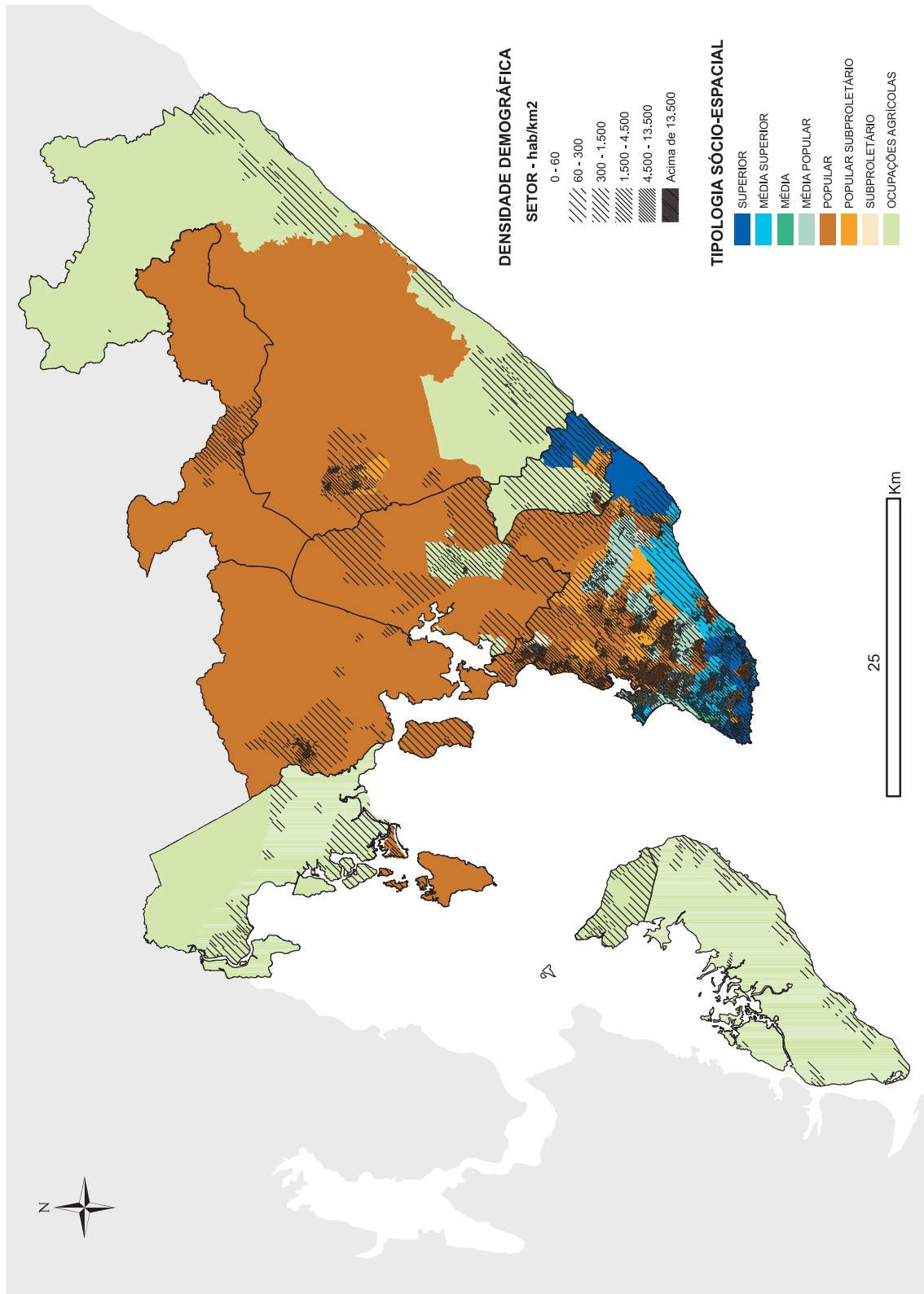
DADOS MAIS RECENTES E TENDÊNCIAS

Baseando-se em dados do Censo de 1991, as análises até aqui apresentadas expressam os resultados da evolução socioeconômica e urbana até o final da década de 1980, na qual, diversamente de outras regiões metropolitanas e do país como um todo, a RMS apresentou um certo dinamismo pelos efeitos diretos e indiretos dos investimentos industriais. No presente, mais de uma década depois, que transformações e tendências podem ser observadas na RMS, notadamente no que se refere à estrutura social e urbana? Mesmo sem dispor, ainda, da distribuição da população por categorias ocupacionais registrada pelo Censo de 2000,⁴ pode-se chegar a algumas indicações.

Como se sabe, com as políticas implementadas nos anos noventa, recomendadas pelas agências multilaterais, a sociedade brasileira vem sendo afetada por baixos níveis de crescimento econômico, por uma deterioração expressiva das condições de trabalho e renda da população e pela persistência ou agravamento das desigualdades sociais e espaciais. Com a crise, o ajuste e a reestruturação produtiva, os anos mais recentes foram marcados por uma expressiva destruição de empregos (notadamente no

⁴ Mudanças na classificação das ocupações realizadas pelo IBGE para o Censo de 2000 exigiram dos pesquisadores da Rede Metrôpoles um cuidadoso trabalho de compatibilização com a classificação utilizada em 1991 e em 1980, que se encontra em fase de conclusão.

Mapa 1 - Tipologia Socioespacial



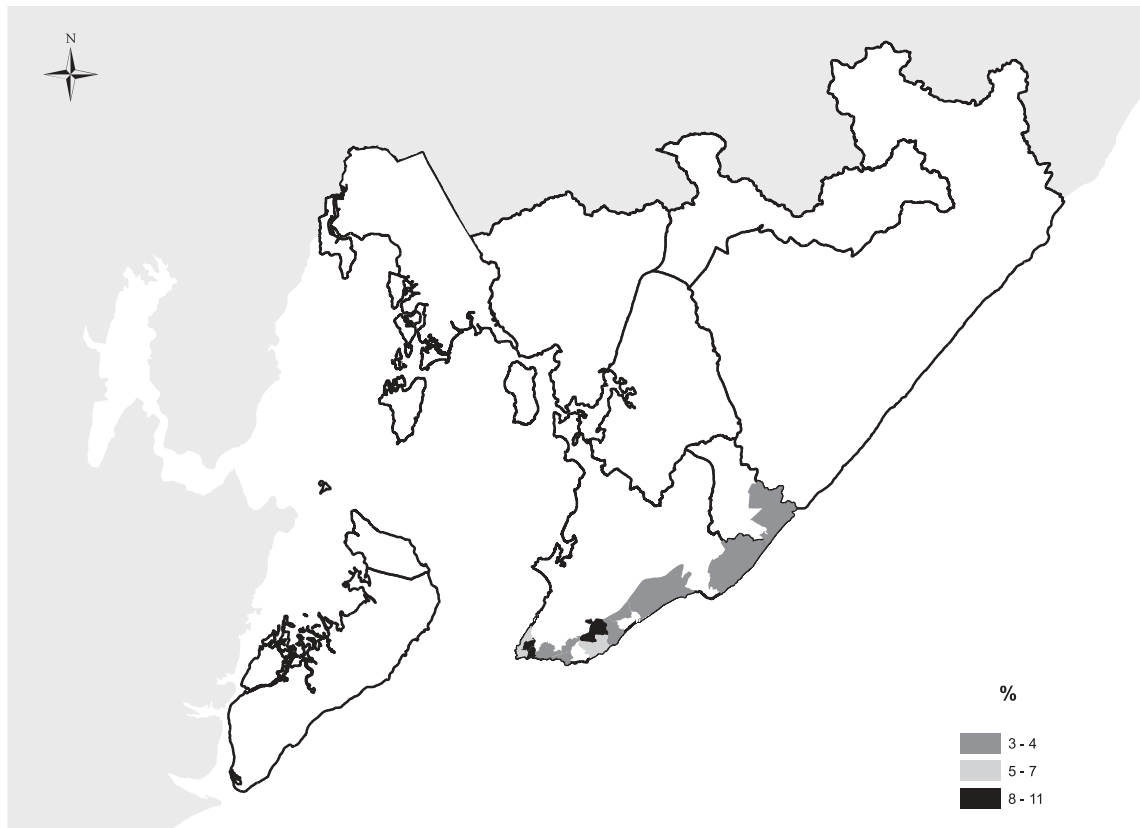
setor industrial), pela terciarização da ocupação e pela escassa geração de novos postos de trabalho; pela intensificação da seletividade patronal e das dificuldades e desigualdades de acesso às escasas oportunidades disponíveis, pela precarização das relações de trabalho, queda de rendimentos dos que permaneceram ocupados e uma ampliação do tradicional excedente de mão-de-obra, com um extraordinário crescimento do desemprego.

Interferindo na estrutura social das regiões metropolitanas, como já foi assinalado, esses fenômenos têm levado a transformações comuns, como a redução dos segmentos modernos e tradicionais do proletariado industrial, um aumento do proletariado terciário, uma expansão do sub-proletariado e, contrariando a hipótese da dualização, um crescimento das categorias intermediárias, com mudanças na sua composição interna. No que diz respeito à organização do espaço, têm se constatado mudanças de função de certas áreas e um empobrecimento de antigas zonas centrais, com a ex-

pansão e deslocamento do comércio e serviços mais modernos e especializados, assim como uma maior (auto) segregação das elites.

Tendências dessa ordem, porém, coexistem com expressivas especificidades metropolitanas, em decorrência do caráter concentrador e dos efeitos espacialmente seletivos das atuais transformações, da trajetória de cada metrópole, das suas desigualdades históricas e de escolhas e decisões políticas nacionais e locais. Como a evolução da Região Metropolitana de Salvador deixa patente, a transformação do Brasil em uma sociedade urbana industrial moderna levou a uma crescente diferenciação interna e à conformação de especialidades e complementariedades entre as diversas regiões do país, com a constituição de uma economia nacional integrada. Além disso, apesar das desigualdades espaciais que resultaram desse processo, o projeto desenvolvimentista incluía uma orientação política e ações do Estado no sentido de promover uma certa desconcentração das atividades produ-

Mapa 2 - Concentração do Grupo Dirigente

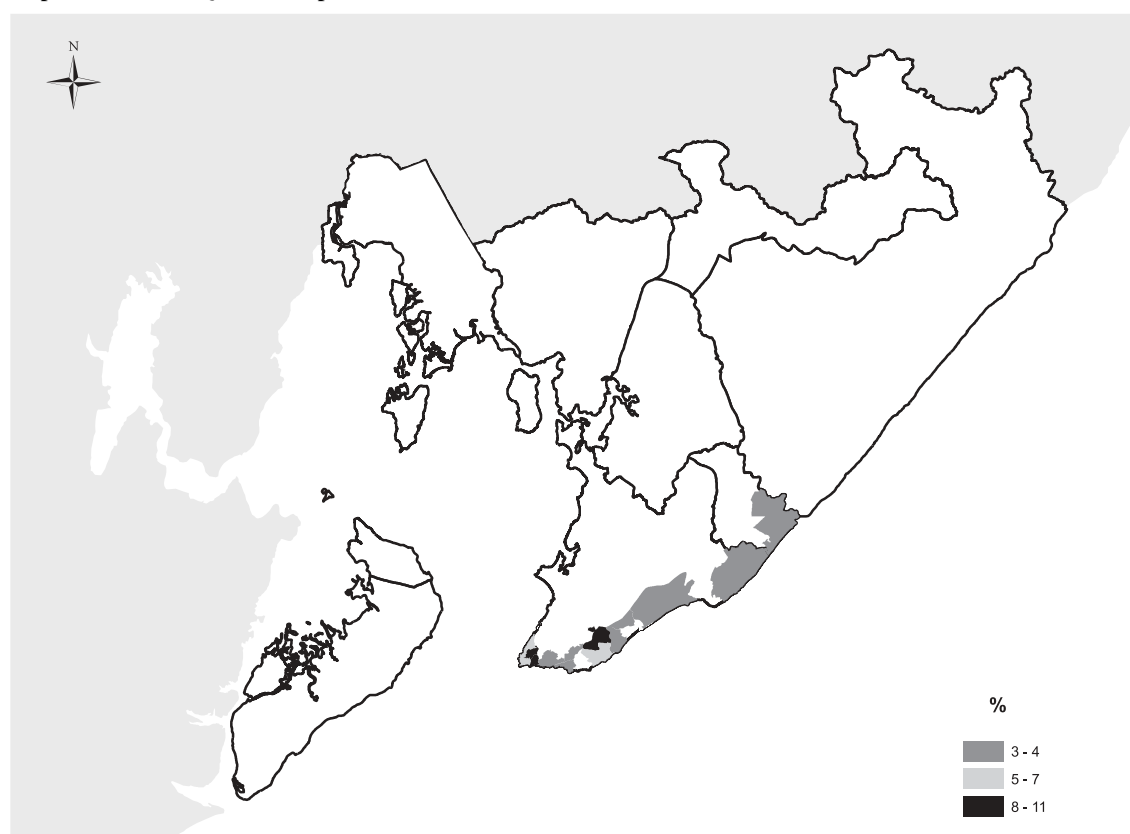


tivas e do dinamismo econômico, através de políticas de desenvolvimento regional, de inversões e da atuação de empresas estatais ou da expansão da fronteira agrícola, entre outros fatores. Isto beneficiou especialmente alguns espaços, gerando algumas “ilhas” de maior prosperidade em contextos de estagnação, a exemplo da Região Metropolitana de Salvador, no estado da Bahia.⁵

O esgotamento do projeto desenvolvimentista, a crise fiscal do Estado e as novas orientações do

ajuste (implicando, entre outros aspectos, profundas redefinições quanto ao papel do Estado, a privatização de empresas estatais e o completo abandono de políticas de desenvolvimento regional) interromperam esse movimento. Com a prevalência da lógica de mercado e uma nova ênfase na integração dos “espaços competitivos” da economia brasileira aos circuitos da globalização, os efeitos seletivos das transformações atuais foram ampliados, registrando-se um processo de

Mapa 3 - Concentração do Grupo Intelectual



⁵ No Estado da Bahia predominam atividades de baixo dinamismo e produtividade na zona rural e nos centros urbanos, ao lado de um reduzido conjunto de atividades modernas e dinâmicas em algumas poucas cadeias da agro-indústria (como a fruticultura irrigada para exportação às margens do São Francisco, entre a Bahia e Pernambuco), na indústria da transformação e nos serviços, concentrados na RMS, com uma elevada produtividade mas baixa capacidade de geração de postos de trabalho e de uma distribuição mais ampliada da renda.

Isto contribui para a fragilidade da rede urbana estadual, que apresenta um número bastante reduzido de cidades de médio porte, ao lado de uma grande quantidade de centros sem uma escala populacional e econômica mínima para sediar serviços urbanos de maior dimensão e complexidade, levando à sua concentração em Salvador e nos seus arredores.

reconcentração econômica em favor do centro-sul e, mais especificamente, de metrópoles como São Paulo, Belo Horizonte ou Curitiba (ver Carvalho, Almeida e Azevedo, 2001; Carvalho, 2003).

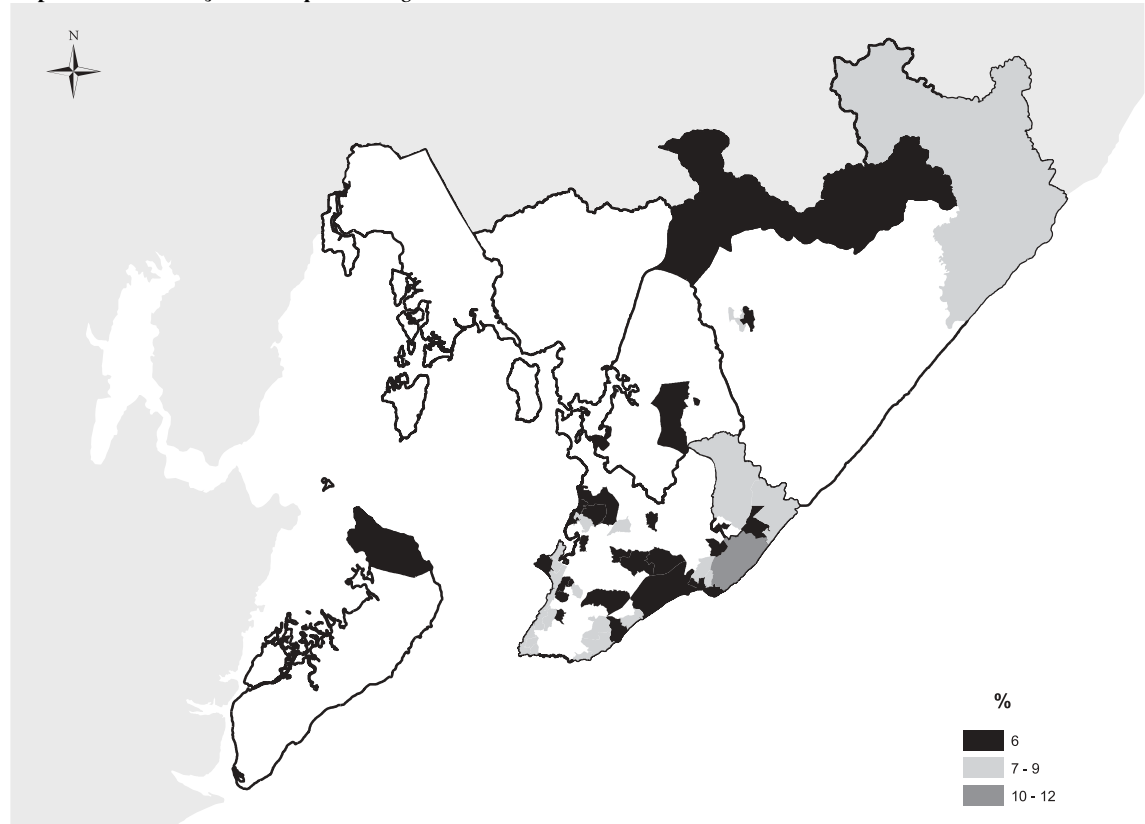
Do ponto de vista do mercado, são mais atrativas para inversões as áreas mais desenvolvidas e que atendem melhor aos requisitos da chamada “acumulação flexível”, como uma maior e mais eficiente dotação de infra-estrutura econômica, uma força de trabalho mais qualificada e uma maior proximidade dos consumidores de alta renda e dos centros de produção de ciência e tecnologia. Além disso, a concentração e centralização das atividades mais dinâmicas da fase atual do capitalismo em alguns nós da rede metropolitana, já ressaltada, tem sido estimulada pelas novas tecnologias de comunicação, que viabilizam a gestão de negócios ou a contratação de serviços avançados à distância, uma redução de custos com

o fechamento de escritórios locais de representação e a dispensa de empregados, etc. É ilustrativo que um grande banco privado, antes sob o controle baiano, e o banco estadual privatizado, após a sua incorporação e reestruturação, assim como o maior grupo econômico local, com raízes na construção civil mas hoje diversificado (inclusive com a compra da petroquímica) e internacionalizado, tenham transferido suas sedes de Salvador para São Paulo.

Impactando decisivamente sobre as metrópoles das regiões menos desenvolvidas, onde os problemas de ocupação e renda sempre foram mais acentuados, esses fenômenos ampliaram os efeitos adversos do ajuste e da reestruturação produtiva nessas cidades, refletindo-se sobre a estrutura social, o espaço e as condições de vida urbana.

Estudos como os de Carvalho, Almeida e Azevedo (2001) ou Borges (2003) deixam bastante

Mapa 4 - Concentração da Pequena Burguesia

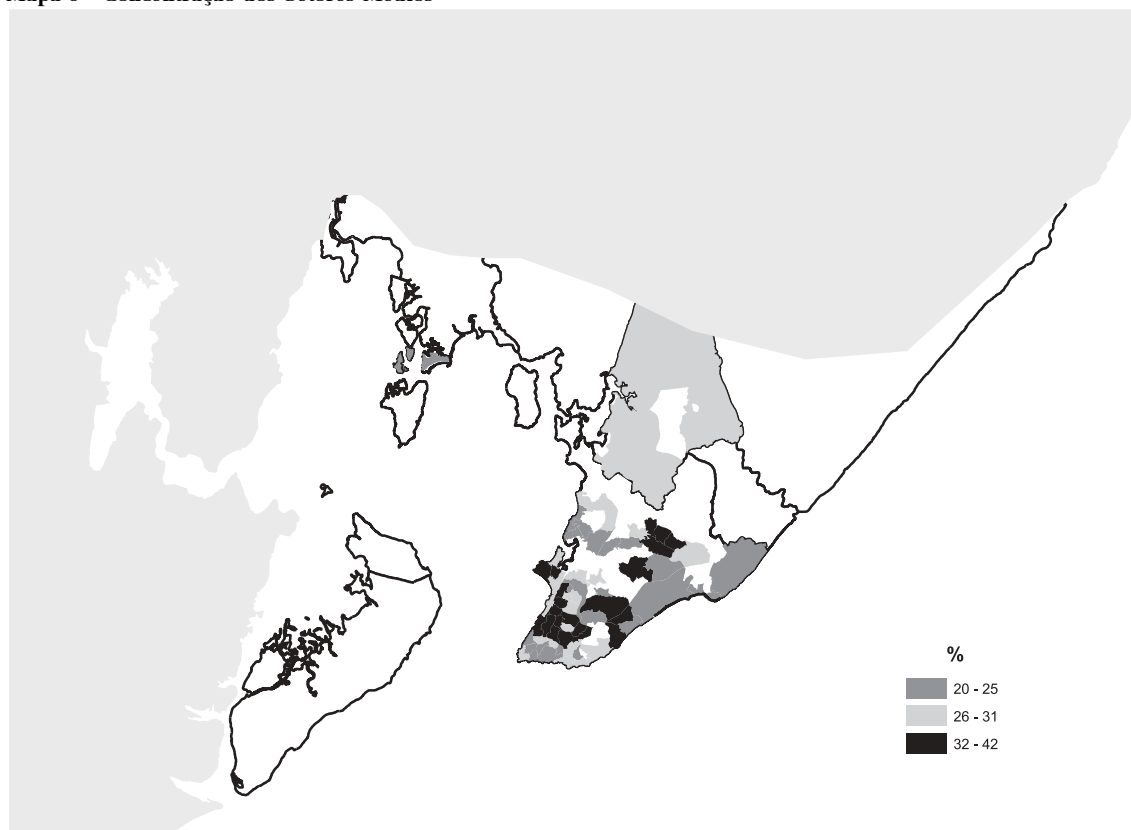


claro como a Região Metropolitana de Salvador foi uma das mais duramente afetadas pelos problemas em questão, com a interrupção da tendência de estruturação do mercado de trabalho, uma redução expressiva de postos, um recuo do assalariamento (com a proteção e direitos que lhes são associados), um crescimento lento dos vínculos formalizados e uma expansão do emprego precário, do trabalho por conta própria e do desemprego.

Com a crise e os novos padrões de organização da produção e de competitividade, as empresas têm buscado uma redução de custos enxugando os seus quadros e mantendo um estoque mínimo de empregados estáveis, com o corte de níveis hierárquicos, a eliminação de postos de remuneração mais elevada e a externalização de boa parte das suas atividades, através da subcontratação. Na RMS isto se deu principalmente no setor industrial e nas empresas do Pólo

Petroquímico, que reduziram o número de empregados diretos para cerca de 7 mil, (inicialmente eram 20 mil). Isto contribuiu para um crescimento da ocupação no âmbito dos serviços auxiliares à produção, sem que houvesse, necessariamente, um aumento do número efetivo de postos de trabalho nessas atividades, com perda da qualidade dos postos em termos de remuneração, segurança, direitos e benefícios oferecidos aos trabalhadores. E, também, para uma queda acentuada das ocupações industriais em uma área onde as mesmas já eram tradicionalmente restritas, explicando porque a participação desse setor na RMS alcançava apenas 9,8% da população ocupada, contra 9,4% em Belém, 16,1% em Fortaleza, 10,7% em Recife, 15,9% em Belo Horizonte, 10,8% no Rio de Janeiro, 19,5% em São Paulo, 16,0% em Curitiba e 20,2% em Porto Alegre, conforme a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2001 (IBGE, 2003).

Mapa 5 - Concentração dos Setores Médios



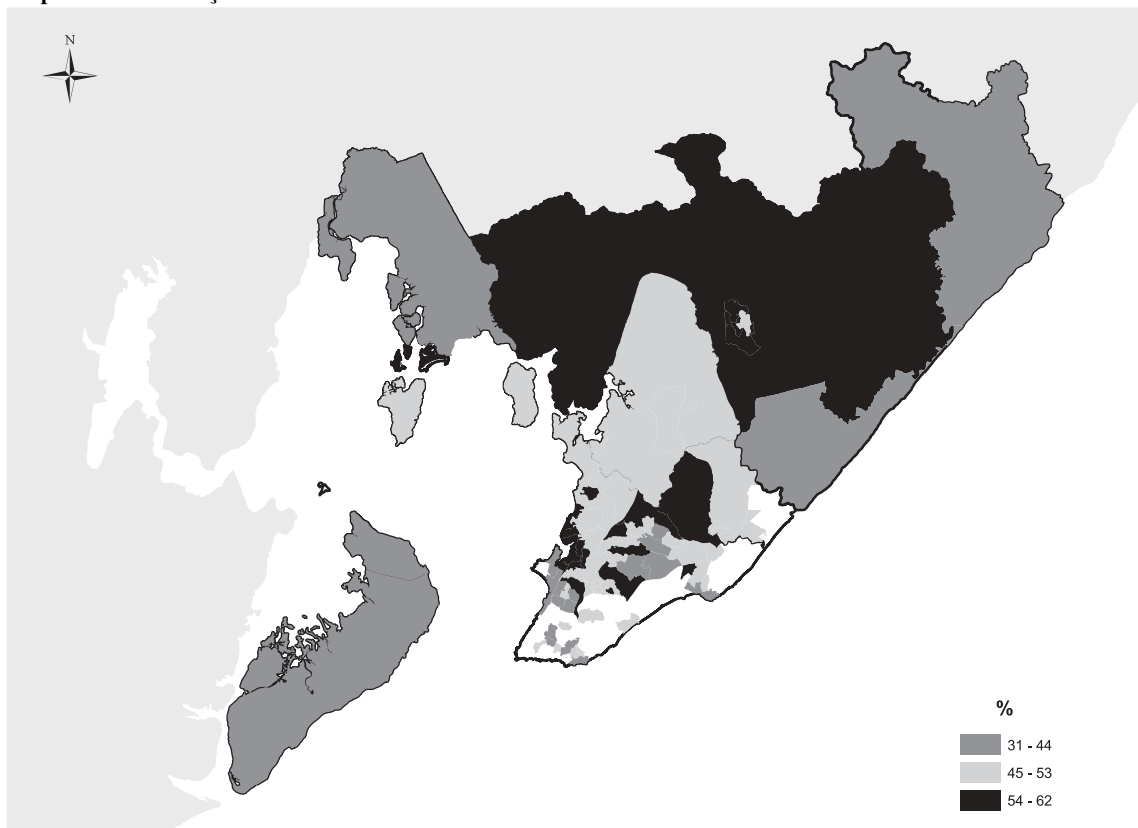
Assim, reduziram-se os postos em setores que experimentaram uma intensa renovação tecnológica e organizacional ou foram objeto de privatizações, como a indústria petroquímica e outros ramos da indústria de transformação, os serviços creditícios e financeiros e os serviços de utilidade pública. Dificuldades de financiamento da construção residencial e a restrição dos investimentos em obras públicas parecem ter contribuído para diminuir o peso da ocupação na construção civil, tradicional absorvedora da mão-de-obra masculina de menor escolaridade e qualificação. Paralelamente, cresceu o peso do emprego no âmbito dos serviços, particularmente em setores como os serviços auxiliares à produção, serviços especializados e serviços na área do turismo, da saúde e educação.

A dinâmica da RMS também tem ensejado o crescimento do número de trabalhadores por conta própria e de pequenos e médios empregadores, com uma sua maior diferenciação. Em um con-

texto em que o desassalariamento, a flexibilização e precarização dos vínculos e o crescimento do desemprego têm atingido até mesmo a trabalhadores mais qualificados e antes melhor posicionados, uma parcela expressiva de força de trabalho tem permanecido ou se inserido na produção como prestadores de serviços ou consultores, levando à constituição de um segmento de autônomos e pequenos empregadores (cerca de 11%) com um novo perfil. Trata-se, predominantemente, de homens brancos e maduros, com instrução de segundo ou terceiro grau, que atuam principalmente na prestação de serviços auxiliares, serviços especializados e de alimentação. Sua presença também cresceu na indústria, mas declinou na construção civil, com a crise desse ramo. Em que pesem a sua insegurança, a ausência de proteção social e as extensas jornadas de trabalho, esse foi um dos raros grupos a preservar ou elevar o seu nível de renda. (Carvalho, Almeida e Azevedo, 2001)

Mas o peso dos trabalhadores por conta

Mapa 6 - Concentração do Proletariado



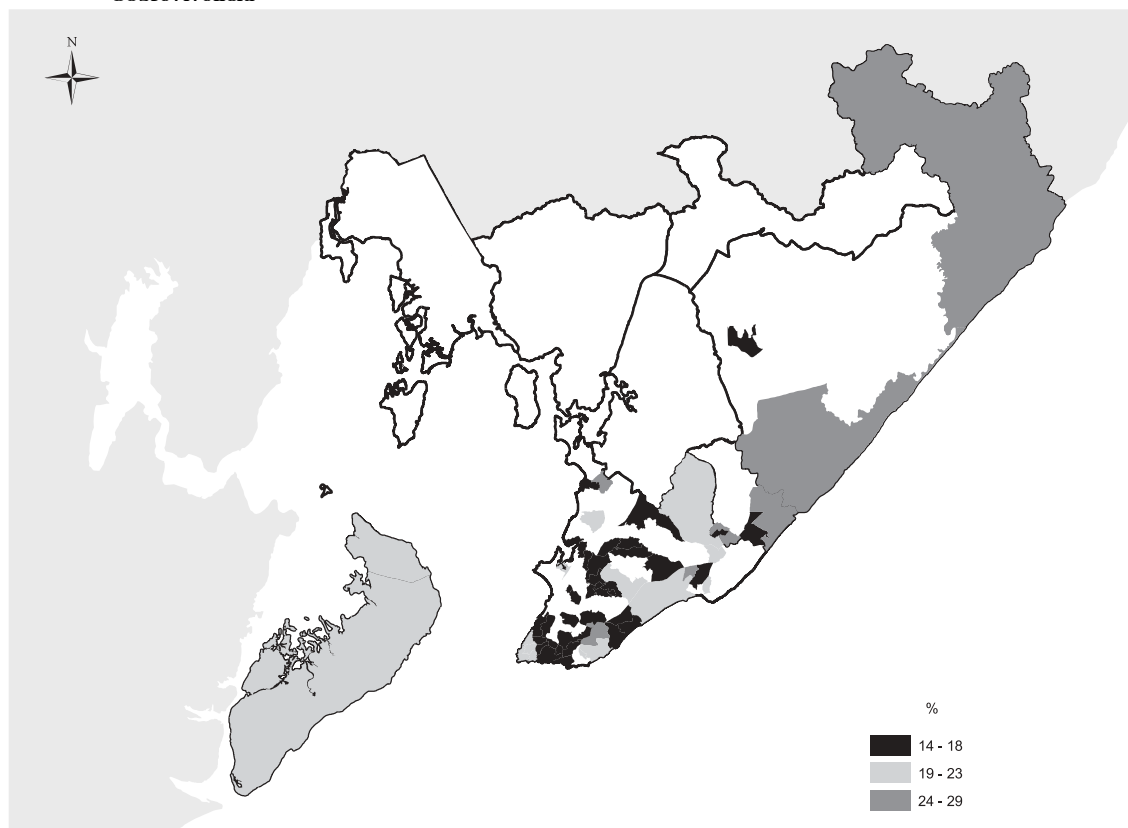
própria (24,7% em 2001, percentual inferior apenas a Belém), dos empregados sem carteira assinada, e dos empregados domésticos (10,1%) refletem, sobretudo a dimensão do excedente de mão-de-obra, bastante ampliado com as transformações dos anos noventa. Explicitando os estreitos limites de incorporação produtiva da economia regional, muitas vezes encoberta pela ocupação precária e mal remunerada, o desemprego também cresceu bastante, chegando a 25,23% da PEA e conferindo à RMS um triste campeonato entre as metrópoles brasileiras.

Esse conjunto de fenômenos vêm tendo um claro impacto sobre a estrutura social da região metropolitana. Seu proletariado industrial, por exemplo, reduziu-se drasticamente (com as privatizações e, sobretudo, as terceirizações) interrompendo o processo de formação de uma classe operária moderna, reivindicativa e politizada, que vinha ocorrendo a partir do pólo petroquímico de Camaçari. Com a transformação das relações e con-

dições de trabalho vem ocorrendo uma expansão do segmento classificado como uma pequena burguesia (como os pequenos empregadores) e do proletariado terciário. Os setores médios parecem ter mantido a sua participação na estrutura social, mas com mudanças na sua composição (a exemplo de um maior peso relativo dos ocupados nos serviços de educação e saúde e dos servidores públicos) e, principalmente, um grande empobrecimento.

Faltam maiores evidências sobre a trajetória das elites, ou seja, sobre o grupo dirigente e o grupo intelectual, ainda que certas hipóteses possam ser aventadas. Com a transferência de algumas grandes empresas e atividades para outros centros (São Paulo, basicamente), o perfil dos “grandes empresários” locais certamente mudou. O peso relativo dos dirigentes do setor privado provavelmente se reduziu em relação ao dos dirigentes do setor público. Alguns segmentos dos profissionais de nível superior autônomos podem ter mantido ou até elevado a sua participação e oportunidades, en-

Mapa 7 - Concentração dos Trabalhadores de Sobrevivência



quanto para outros isto se reduziu. Escritórios locais de engenharia e arquitetura ou de advocacia, por exemplo, parecem estar nesse segundo caso.

Estudo de Pochmann *et al* (2004) sobre os “ricos” do Brasil, tomando por base as famílias situadas no topo da distribuição de renda, apresenta informações significativas a esse respeito. Resaltando a enormidade e a perversidade da concentração da renda no país, os autores constatarem que, com a desigualdade, o percentual de famílias ricas em relação ao total de famílias ampliou-se em 30% no Brasil e em 100% no estado de São Paulo entre 1980 e 2000. Na Bahia, porém, houve uma queda relativa de 28,8%. Nesse último ano as famílias em apreço somavam apenas 24.498 em todo o estado (em São Paulo eram 443.462), sendo que 20.805 delas residiam em Salvador e tinham um rendimento médio mensal de R\$11.100,00, evidenciando como, apesar da concentração de renda, na RMS os ricos são menos numerosos e menos ricos que em outras grandes metrópoles brasileiras.

Mas as mudanças associadas ao ajuste e à reestruturação produtiva levaram sobretudo a um crescimento do sub-proletariado, ampliando o contingente de trabalhadores de sobrevivência e de desempregados e acentuando um dos traços mais característicos da região, que persiste como um mar de pobreza com umas poucas ilhas de afluência. Conforme os dados do Censo 2000 (*apud* Moura *et al*, 2004) a proporção de habitantes com uma renda domiciliar *per capita* abaixo de meio salário mínimo chegava a 34,61% na RMS.⁶ Em 2001, 9,2% da sua população ocupada tinha um rendimento médio mensal em todos os trabalhos de até meio salário mínimo; 22,4% de mais de meio a um salário; 28,1% de mais de um a dois salários (perfazendo 60% até esse valor), 12,0% de mais de dois a três salários, 10,0% de mais de três a cinco e apenas 12,0% de mais de cinco salários mínimos,

⁶ Essa proporção era superada apenas pelas constatadas em Recife e em Fortaleza, que representavam, respectivamente, 37,03% e 39,74%. Nas outras principais metrópoles brasileiras ela correspondia a 20,05% em Belo Horizonte, 17,82% no Rio de Janeiro, 14,0% em São Paulo, 14,94% em Curitiba e 14,3% em Porto Alegre.

conforme informações da PNAD 2001 (IBGE, 2003).

Quanto ao espaço urbano, pode-se dizer que persistiram as grandes tendências anteriores, com algumas transformações que começaram a despontar a partir de meados dos anos noventa. Em busca de novas alternativas econômicas para o estado e para a Região Metropolitana, tanto o governo estadual quanto os municípios têm apostado na concessão de incentivos fiscais para a atração de novas indústrias e no incremento do turismo. Com essa perspectiva é possível diferenciar dois determinantes preferenciais de intervenção, sendo um ligado à dinamização e expansão do grande pólo industrial, com a instalação do complexo automobilístico da Ford Nordeste, e o outro direcionado para o centro histórico e o litoral norte, com a ampliação e diversificação de ações relacionadas ao turismo, através de projetos de requalificação urbana na área formal da cidade e da construção de grandes complexos hoteleiros.

As instalações do Complexo Ford foram implantadas em 2001, compreendendo, além da montadora, um conjunto de 33 empresas sistemistas e um terminal portuário exclusivo, construído na Baía de Aratu, para o escoamento da produção no país e para consumidores das Américas do Sul e do Norte. Nele também serão concentradas as atividades de importação de veículos. Com uma produção de cerca de 100 mil veículos por ano e capacidade plena de 250 mil, esse complexo industrial atualmente oferece 7.500 empregos diretos. Ainda que faltem elementos para uma melhor avaliação do seu impacto na RMS, inclusive em termos espaciais,⁷ estimativas publicadas pela imprensa local têm considerado que, com os seus efeitos indiretos, poderão ser gerados cerca de 35 mil postos de trabalho até 2005.

⁷ A RMS não possui áreas residenciais tipicamente operárias, tanto pela estreiteza do operariado industrial como das circunstâncias que cercaram a sua expansão. O pólo petroquímico recrutou seus empregados em Salvador, oferecendo-lhes salários acima do mercado local e transporte até as fábricas. Além disso, havia uma preocupação do governo federal em evitar “a criação de um novo ABC”, conforme informação obtida por um dos autores deste trabalho na ocasião. Como a Ford não oferece transporte e seus salários são bem menores, pode haver um deslocamento ou uma tendência à concentração dos seus operários em Camaçari ou nas suas proximidades.

O segundo determinante de expansão metropolitana, que se delineia com o turismo, revela-se através das diferentes ações empreendidas a partir dos anos noventa, que capturam e transformam o próprio espaço urbano em mercadoria, com a exploração de áreas públicas, a privatização de praias e dos serviços urbanos, a instalação de pedágios nos principais acessos à cidade formal valorizada, destacando-se como principais intervenções: a) requalificação de certas áreas da cidade antiga, como o Pelourinho e adjacências, expulsando a população pobre e transformando-o em um grande *shopping* aberto, com bares, restaurantes, atividades culturais, etc.; b) intervenções pontuais de embelezamento e melhoria em áreas públicas da cidade formal, como praças e jardins, ou parques da orla. c) redimensionamento dos projetos e investimento em habitação social, sobretudo nas áreas degradadas inseridas na cidade formal e próximas às áreas de atração turística, a exemplo de intervenções do projeto Viver Melhor, Ribeira Azul e Cores da Cidade, privilegiando-se a estética em detrimento do conforto habitacional; d) instalação de empreendimentos hoteleiros de grande porte no litoral norte, extrapolando os próprios limites da RMS, a exemplo do Resort Praia do Forte, Complexo Sauípe e outros investimentos privados, seguindo-se à privatização da Linha Verde, principal acesso para essa região litorânea; e) a discussão da requalificação da área do antigo Comércio, crescentemente esvaziado, com indicações de investimentos turísticos de lazer e habitação para as classes médias (Gordilho-Souza, 2002).

Esses investimentos públicos e privados, no seu conjunto, apontam para a intensificação da segmentação socioespacial que se configurou na cidade industrial moderna, trazendo novos conteúdos na reestruturação espacial em curso, que já esboçam o redesenho da cidade-região e a diferenciação cada vez mais acentuada do uso e acesso ao espaço urbano entre os pobres e aqueles que podem consumir a cidade mercadoria.

Também não se pode esquecer que a pobreza, as desigualdades e a superposição de carências vêm contribuindo para a degradação das condi-

ções de vida e dos padrões de sociabilidade e para o crescimento da violência nas regiões metropolitanas, notadamente nos bairros populares e nas periferias, onde se concentra a população de menor escolaridade e renda, a vulnerabilidade social e a presença de crianças e jovens. No caso desses últimos, a contradição entre aspirações de consumo e realização pessoal elevadas por uma sociedade onde a própria identidade de “jovem” está associada ao acesso a certos padrões de consumo (tênis e “roupas de marca”, por exemplo) e a impossibilidade de concretizá-las tem levado, muitas vezes, a uma brutal frustração. Pressionados pela pobreza, pelo desemprego e, principalmente, por uma completa ausência de perspectivas, um número crescente deles tem se envolvido com pequenos delitos, gangues, seqüestros e tráfico de drogas, contribuindo para o crescimento da violência, da qual terminam se tornando vítimas principais, notadamente nos seus próprios bairros. Assim, na Região Metropolitana de Salvador como em outros grandes centros, o risco de exposição à violência, a detenções arbitrárias ou à própria morte transformou-se em um dos componentes atuais do processo de segregação.

Por outro lado, como se tornou comum a esses grandes centros, a difusão da conflitividade e da violência e de uma cultura de medo tem disseminado nas ilhas de afluência da RMS a presença de espaços exclusivos e protegidos por altos muros, uma sofisticada tecnologia de segurança e um amplo conjunto de restrições e proibições, que representam, na expressão de Caldeira (2000), verdadeiros “enclaves fortificados”. Nesses enclaves as camadas de alta e média renda buscam formas de moradia, circulação e consumo que lhes permitam conviver entre iguais, preservadas do contacto com a pobreza, com a “desordem” e a violência urbanas. Não é por acaso que nas áreas “nobres” (como o Itaigara ou a orla norte) ruas estão sendo interditas e condomínios horizontais têm proliferado, ou que no lançamento do Alphaville de Salvador, localizado na Avenida Paralela, “fronteira” interna da cidade, seus lotes tenham sido tão rapidamente comercializados.

Refugiando-se nessas pequenas ilhas, as camadas altas e médias tendem a desconhecer “o resto” dos espaços, a abandonar a esfera pública tradicional das ruas e a se dissolidarizar do destino conjunto da cidade (ver Ribeiro, L. C., 2004). Daí resulta uma separação física e simbólica que dificulta a sociabilidade, intensifica a fragmentação das identidades coletivas, estigmatiza certos espaços e inferioriza determinados segmentos sociais; muda o caráter do espaço público e esvazia a participação da esfera pública, que se torna ainda menos aberta e igualitária, contrapondo-se ao ideário e aos valores de uma metrópole mais justa e democrática.

(Recebido para publicação em agosto de 2004)
(Aceito em agosto de 2004)

REFERÊNCIAS

- BAHIA. CONDER. *Painel de informações*. Salvador: 1992.
- BAHIA. CONDER/SEI. *Informações básicas dos municípios baianos*. Salvador: 1994.
- BORGES, Ângela Maria Carvalho. *Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a região metropolitana de Salvador na década de 90*. Salvador: 2003. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA.
- BORGES, Ângela; FILGUEIRAS, Luis A. M. Mercado de trabalho nos anos 90: o caso da RMS. *Bahia Análises & Dados*. Salvador, SEI, v. 5, n. 3, p. 30-63, 1995.
- BORJA, Jordi; CASTELS, M. *Local e global. La gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: Taurus, 1997.
- BRANDÃO, Maria D. de A. O último dia da criação: mercado, propriedade e uso do solo em Salvador. In: VALLADARES, Lícia do P. (Org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CALDEIRA, Teresa P. do R. *Cidade dos muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2000.
- CARVALHO, Inaiá M. M. de; SOUZA, Guaraci A. A. de. A produção não capitalista no desenvolvimento capitalista de Salvador. In: SOUZA, Guaraci A. A. de; FARIA, Vilmar (Orgs.). *Bahia de todos os pobres*. São Paulo: CEBRAP, 1980. p.71-102.
- CARVALHO, Inaiá M. M. de; ALMEIDA, Paulo Henrique; AZEVÊDO, José Sérgio G. Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador. *Tempo Social: rev. sociol. USP*. São Paulo, v. 13, n. 2, p. 89-114, 2001.
- CARVALHO, Inaiá M. M. de. Planejamento e desenvolvimento regional: trajetória e perspectivas. In: SEMINÁRIO NORDESTE(S): novos desafios, políticas públicas e dinâmicas institucionais. Fortaleza, 2003.
- _____. Brasil: as cidades e a questão social. In: CONGRESSO LUSO-AFRU BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Lisboa.
- FRANCO, Ângela; SANTOS, Elizabeth; GABRIELLI, Livia. Salvador dos novos horizontes. *Força de Trabalho e Emprego*, Salvador, v. 5, n. 2, p. 21-29, maio/ago., 1998.
- GORDILHO-SOUZA, Angela. *Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. Salvador: EDUFBA, 2000.
- GORDILHO-SOUZA, Angela. As cidades na cidade - Aventuras do capital e do trabalho na produção do espaço de Salvador. In: UFBA. Pró-Reitoria de Extensão. *Quem Faz Salvador*. 2002. p. 167-180.
- IBGE. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro, 1991.
- IBGE. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro, 2000.
- IBGE. *Síntese dos indicadores sociais 2002*. Rio de Janeiro, 2003.
- MATOS, Carlos A. Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino americana. In: RIBEIRO, Luiz César Q. (Org.). *Metrópoles. Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Perseu Abramo: Rio de Janeiro: FASE/ Observatório das Metrôpoles, 2004.
- MENDONÇA, Jupira G. Belo Horizonte: a metrópole segregada. In: _____; GODINHO, Maria Helena (Orgs.). *População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte: Editora PUC MÍNAS, 2004. p. 119-158.
- MOURA, Rosa et al. A realidade das áreas metropolitanas e seus desafios na federação brasileira: diagnóstico socioeconômico e da estrutura de gestão. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESAFIO DA GESTÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS EM PAÍSES FEDERADOS. Brasília, 2004.
- PEREIRA, Gilberto Corso. *Atlas digital Salvador*. Salvador: LCAD/UFBA, 2000. CD-ROM.
- PEREIRA, Gilberto Corso; SILVA Bárbara-Christine Nentwig. Geoprocessamento e urbanismo. In: MENDES, I.; GERÁRDI, L. (Orgs.) *Teorias, técnicas, espaços e atividades*. Rio Claro: UNESP/PPG, 2001.
- POCHMANN, Márcio et al. *Atlas da exclusão social no Brasil*. Os ricos no Brasil. São Paulo: Cortez, 2004. v. 3, 201 p.
- PRETECELLE, Edmond. A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas. *Caderno CRH: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA*. Salvador, n. 36, p. 27-48, 2003.
- REICH, Roberto. *The work of nations*. New York: Alfred Knopf, 1991.
- RIBEIRO, Ana Clara T. (Comp.). *El rostro urbano de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- _____. (Org.). *Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- RIBEIRO, Luiz César Q. (Org.). *O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan, FASE/ Observatório das Metrôpoles, 2000.
- _____. *Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. In: _____ (Org.). *Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Perseu Abramo: Rio de Janeiro: FASE/ Observatório das Metrôpoles, 2004.
- _____. (Org.). *Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.
- RIBEIRO, Luiz César Q.; LAGO, Luciana. O espaço social nas grandes metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [S.l.], n. 3, p. 111-129, 2000.
- SASSEN, Saskia. *The global city: New York, London, Tokyo*. New Jersey: Princeton University Press, 1991.